



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DE PERNAMBUCO – IPEM
Concurso Público Unificado de Pernambuco – CPU/PE

**Analista de Gestão em Metrologia e Qualidade Industrial – Especialidade:
Analista Jurídico**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '39', Tipo 003

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-003

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 60 questões numeradas de 1 a 60 e se contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, líquido corretivo, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Estudo de Caso a tinta, nos espaços apropriados.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) nas folhas correspondentes.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 7, baseie-se no texto abaixo.

Que são e a que servem as “terras raras”?

Volta e meia alguém faz referência a “terras raras” como uma fonte importante de riquezas a ser explorada por um país, de alto valor funcional e comercial. A denominação é bastante imprecisa: não se trata propriamente de terras, e também não ocorrem com tanta raridade. O que se passou a chamar de “terras raras” são na verdade óxidos metálicos, elementos químicos que se encontram em áreas de terra; não são propriamente raros, e o que é de fato raro é se concentrarem densamente numa mesma região, permitindo assim condições para sua coleta, processamento e vantajosa exploração econômica.

Smartphones, turbinas eólicas, veículos elétricos, computação em nuvens: vivemos em uma era de tecnologias digitais, movidas por equipamentos complexos. Sua produção demanda materiais com propriedades funcionais específicas, obtidas de recursos naturais cada vez mais diversos. Entre essas matérias-primas, há o grupo particular de elementos químicos que passaram a ser denominados “terras raras”.

Hoje se sabe que são bastante abundantes, mas inicialmente foram identificados em baixa concentração em amostras de minérios escassos – ou raros – na Suécia. Não costumam ser encontrados isolados na natureza, mas sim associados entre si e com outros elementos, o que dificulta sua separação. Foram isolados pela primeira vez na forma de compostos com oxigênio, não como metais puros.

O Brasil detém grandes reservas, mas não domina o ciclo produtivo desses óxidos metálicos. O país também não possui a capacidade de fabricação de um componente central de inúmeros produtos e processos de alta tecnologia. Cobiçados por sua inestimável importância operacional, constituem matéria-prima de alto valor estratégico, sobretudo quando se pensa nos avanços da tecnologia de ponta. Por isso está-se promovendo em nosso país um esforço de pesquisa e desenvolvimento para tentar suprir as lacunas que impossibilitam um aproveitamento pleno dessa riqueza natural capaz de permitir e multiplicar avanços nesse estágio de alta tecnologia que tantos benefícios oferece à capacidade humana de bem aproveitá-los.

(Adaptado de: ALMEIDA, Alexandra Ozorio. São Paulo: **Pesquisa Fapesp**. Out. 2025, n. 356, p. 5)

1. Uma vantajosa exploração econômica desses óxidos metálicos dependerá
 - (A) de fatores ligados às estratégias da informática, alavancadas nos métodos analógicos.
 - (B) da facilidade de sua extração, como ocorreu com as operações realizadas na Suécia.
 - (C) da sua pureza química, condição essencial para sua rentabilidade econômica.
 - (D) da sua concentração territorial, seguida da capacitação técnica para seu processamento.
 - (E) de seu isolamento no estado natural e das demandas de mercado, ainda incipientes.

2. Ao tratar das “terras raras”, a autora do texto se vale de duas operações fundamentais, pelas quais
 - (A) enfatiza a aplicabilidade desses elementos e analisa sua composição química rudimentar.
 - (B) esclarece a justeza da denominação científica e a raridade típica desses produtos.
 - (C) comenta o equívoco da denominação científica e caracteriza a aplicabilidade desses óxidos metálicos.
 - (D) propõe uma nova designação para tais produtos e relativiza seu valor mercadológico.
 - (E) caracteriza a maleabilidade física desses elementos e suas implicações na esfera financeira.



3. O Brasil detém grandes reservas, mas não domina o ciclo produtivo desses óxidos metálicos.

O período acima ganha nova, coerente e correta redação nesta outra forma:

- (A) Uma vez que não domine o ciclo produtivo desses óxidos metálicos, dispõem-se no Brasil grandes reservas dos mesmos.
- (B) O Brasil, que embora não domine o ciclo produtivo, dispõe de tais óxidos nas grandes reservas aonde os detém.
- (C) As grandes reservas de cujas o Brasil dispõe, são de óxidos metálicos, mas seu ciclo não está produzindo.
- (D) Mesmo que disponha de grandes reservas, o Brasil deixa assim de dominar seu ciclo produtivo desses óxidos metálicos.
- (E) Tendo-os em grandes reservas, o Brasil não domina, no entanto, o ciclo produtivo desses óxidos metálicos.

4. No segundo parágrafo do texto,

- (A) a expressão *matérias-primas* faz alusão aos vários elementos constantes da enumeração de abertura.
- (B) o segmento *sua produção demanda materiais com propriedade funcionais específicas* refere-se a *equipamentos complexos*.
- (C) os assim referidos *equipamentos complexos* constituem uma outra designação para *terras raras*.
- (D) a expressão *terras raras* é justificada pelo fator de dificuldade com que foram isoladas *na forma de compostos com oxigênio*.
- (E) a enumeração de termos em sua abertura é mais adiante referida como *grupo particular de elementos químicos*.

5. O esforço de pesquisa e desenvolvimento referido no último parágrafo tem como razão de ser

- (A) o acesso a produtos naturais de importância estratégica para maior equilíbrio de nossa economia de exportação.
- (B) a busca de tecnologia necessária para se ingressar no ciclo produtivo dessas matérias-primas.
- (C) o incremento na exportação dessa matéria-prima tão cobiçada, de tão alto valor estratégico.
- (D) a confirmação da nossa competitividade no mercado final desses óxidos metálicos já processados.
- (E) o alargamento das áreas de isolamento desses elementos químicos detectados pela alta tecnologia.

6. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *para tentar suprir as lacunas* (4º parágrafo) = com o intento de fazer frente às vacuidades.
- (B) *não são propriamente raros* (1º parágrafo) = não constituem uma escassez por si mesmos.
- (C) *Sua produção demanda materiais* (2º parágrafo) = produzem-se segundo a real demanda.
- (D) *foram identificados em baixa concentração* (3º parágrafo) = revelaram-se mal dispersos.
- (E) *componente central de inúmeros produtos e processos* (4º parágrafo) = meio processual de variada produção.

7. A flexão do verbo numa forma do plural justifica-se apenas na frase:

- (A) Enquanto não houverem alternativas aceitáveis para as funções desses óxidos, eles seguirão em alta no mercado tecnológico.
- (B) Destacam-se entre os componentes encontrados na terra uma espécie de óxido metálico de múltiplos e sofisticados empregos.
- (C) Alcançam grande valor no mercado de componentes tecnológicos essa novidade do mundo digital conhecida como "terras raras".
- (D) Destinam-se a uma diversificada oferta de serviços digitais esses óxidos metálicos tão disputados pelos países mais avançados.
- (E) Não se tratam exatamente de minérios puros, mas de óxidos terrosos e metálicos o que acabou sendo identificado como "terras raras".



Atenção: Para responder às questões de números 8 a 15, baseie-se no texto seguinte.

Carteiros em tempo de internet

Não sei se com internet os postais, as cartas e os carteiros vão se extinguir completamente. Sei que a amizade está ficando virtual demais. Temo que os amigos desapareçam, já que nem ouço a voz de alguns deles, pelo telefone. Ver e abraçar um amigo tornou-se uma coisa complicada, quase uma façanha numa cidade cujos moradores se deslocam com rapidez por baixo da terra.

Cartas? Uma mensagem eletrônica é um contato muito mais rápido, quase instantâneo. Mas será mais humano? E ainda por cima há as tantas mensagens indesejáveis proliferando o tempo todo. Não há bloqueador infalível, de modo que elas se tornam uma espécie de tormento programado e compulsório.

Essa invasão é o lado bárbaro da internet: a propaganda desenfreada, amalucada, nociva, mentirosa, sem falar nas informações falsas e nas notícias distorcidas. Tal multiplicação descontrolada de novidades remonta, diga-se, a tempos antigos: em 1867, depois de visitar a Exposição Universal de Paris, o grande escritor Gustave Flaubert escreveu: "o ser humano não foi criado para devorar o infinito."

Mas, enfim, nem mesmo nossos defeitos são perfeitos... Devo à internet um contato recente com uma amiga espanhola que não via desde o século passado. Ela me enviou uma mensagem em catalão e recordou uma brincadeira que fazia sobre sua língua materna. Na longa carta virtual lembrou uma passagem da nossa vida, onde dividíamos um apartamento pequeno em Barcelona. E por fim revelou que havia encontrado um caderno, já manchado pelo tempo: meu diário catalão, onde registrava minhas andanças por vários lugares da Espanha.*

Já dava esse diário por perdido, que é o destino das palavras de tantos diários. Agora esse achado da minha amiga voará de Barcelona até São Paulo num envelope de papel forte que um carteiro, mensageiro andarilho das cidades, me entregará antes de perder seu emprego para a internet. Estamos vivendo, de fato, num tempo e num mundo cheios de transições.

(Adaptado de: HATOUM, Milton. **Um solitário à espreita**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 116-118)

* Catalão: língua falada sobretudo na região da Catalunha, Espanha, onde se encontra a cidade de Barcelona.

8. Atentando para a estruturação do texto, constata-se que no
- (A) quinto parágrafo admite-se que há épocas cujos valores aparentemente assentados dão passagem a valores outros.
 - (B) primeiro parágrafo ressalta-se a principal virtude da internet, que é a desejável intensificação da rapidez nas comunicações humanas.
 - (C) segundo parágrafo acusa-se a excessiva velocidade na emissão de mensagens que afetam nossa própria humanidade.
 - (D) terceiro parágrafo desmente-se aquela espécie de profecia que se representava na frase citada de Gustave Flaubert.
 - (E) quarto parágrafo sugere-se que uma desejável remoção das operações virtuais poderia vir com a retomada de línguas remotas.
-
9. Estabelece-se no texto uma relação direta entre
- (A) a provável retomada da prática dos diários pessoais e o abandono gradativo das ilusões criadas pela internet.
 - (B) a ineficácia dos serviços da internet e a crise dos meios convencionais de comunicação a distância.
 - (C) o monopólio comercial dos serviços digitais e a queda de prestígio das operações pioneiras da internet.
 - (D) o progressivo distanciamento das pessoas na modernidade e o retorno a práticas antigas como escrever cartas.
 - (E) o enfraquecimento dos nexos de amizade e a escalada de mensagens rápidas e de informações nocivas.



10. É plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Tem muita razão o autor, em queixar-se da falta de amigos, da voz deles agora substituída, por palavras digitalizadas.
 - (B) Como seria possível, imaginar, que tantos alegados progressos tecnológicos, servissem a expandir nossa barbárie?
 - (C) Não obstante haja percalços nas operações digitais, deve-se reconhecer, a bem da verdade, que há feitos a celebrar.
 - (D) Há na frase de Flaubert, uma espécie de premonição, quanto ao que no futuro não tão distante, haveríamos de enfrentar.
 - (E) Uma vez recordando-se, do convívio com sua amiga espanhola, o autor trouxe à cena o pitoresco caso, de seu diário perdido.
-
11. No contexto, a frase *Mas, enfim, nem mesmo nossos defeitos são perfeitos*, que abre o 4º parágrafo,
- (A) pondera a margem de liberdade que temos para transformar um defeito absoluto numa virtude absoluta.
 - (B) não vai muito além de um mero jogo de palavras, já que sua lógica não resiste a uma análise criteriosa.
 - (C) vale-se de fórmula irônica para admitir que mesmo nossos vícios mais ostensivos podem reter traços virtuosos.
 - (D) expressa gravemente o quanto somos incapazes de atingir a perfeição quando passamos a nos esquecer dos vícios.
 - (E) afirma que somente com a prática dos defeitos absolutos poderemos esquecer as virtudes absolutas.
-
12. Ao admitir *Devo à internet um contato recente*, o autor do texto justifica-se pelo fato de que, com a internet, reviveu amizade com uma amiga e uma língua distantes,
- (A) por isso acatando a tese de que a transição das épocas culturais revalidará os mais antigos meios de comunicação.
 - (B) trazidas do tempo em que se mostraram unidos pela força da afetividade da língua materna comum.
 - (C) que permaneceriam distantes não fosse um programa de busca empreitada por ele nos meios da internet.
 - (D) além do prazer que encontrou na experiência de reviver hábitos de correspondência não virtual.
 - (E) passando a acreditar que é a internet que agora dá acesso às trocas afetivas mais verdadeiras.
-
13. É plenamente adequada a correlação entre os tempos e modos das formas verbais na frase:
- (A) O lado bárbaro da internet tem sido a propaganda desenfreada e as mentiras que ela se acostumasse a apregoar.
 - (B) Uma mensagem eletrônica prima pela rapidez, embora não seja tão humana quanto eram as cartas convencionais.
 - (C) Mesmo que nossos antigos defeitos fossem minorados, haverá espaço para os novos que se apresentavam.
 - (D) Tão logo reencontrássemos por meio da internet, minha amiga e eu acabamos aproveitando o serviço dos correios.
 - (E) Segundo Gustave Flaubert, nenhum ser humano teria sido criado para que tivesse devorado o infinito.
-
14. Sem prejuízo para o sentido do contexto, pode-se substituir o elemento sublinhado pelo indicado entre parênteses em:
- (A) *Na longa carta virtual lembrou uma passagem da nossa vida, onde dividíamos um apartamento pequeno em Barcelona (quando).*
 - (B) *Temo que os amigos desapareçam, já que nem ouço a voz de alguns deles (portanto).*
 - (C) *Uma mensagem eletrônica é um contato muito mais rápido, quase instantâneo (conquanto).*
 - (D) *E ainda por cima há as tantas mensagens indesejáveis proliferando o tempo todo (E em vista disso).*
 - (E) *Não há bloqueador infalível, de modo que elas se tornam uma espécie de tormento programado e compulsório (à medida que).*
-
15. Já dava esse diário por perdido, que é o destino das palavras de tantos diários.
- O período acima tem sua correção e seu sentido preservados nesta reconstrução:
- (A) Em tantos diários as palavras devem se perder, que eu assim também considere o destino desse meu diário.
 - (B) Uma vez que dei meu diário por perdido, concluí ser esse o destino das palavras dos outros tantos diários.
 - (C) Tanto o destino das palavras dos diários é se perderem que imaginava ser este também o meu caso.
 - (D) Uma vez que se perde no destino as palavras de tantos diários, assim também reconheci perdido o meu.
 - (E) Destinam-se a se perderem as palavras de tantos diários, pelo que já considerava perdido esse diário meu.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Considere os conjuntos:

- A: todos os múltiplos de 3 entre 10 e 30 inclusive.
- B: todos os múltiplos de 4 entre 10 e 30 inclusive.
- C: todos os múltiplos de 6 entre 10 e 30 inclusive.

O número de elementos que estão em A ou em C e estão em B é

- (A) 3
- (B) 0
- (C) 1
- (D) 2
- (E) 4

17. Em uma caixa há cinco fichas numeradas. As fichas têm os números 7, 8, 9, 10 e 20. Retiram-se três fichas da caixa e, com os números que podem ser formados ao ordená-las, escreve-se o maior número possível e o menor número possível. Por exemplo, se forem retiradas as fichas 20, 9 e 7, escreve-se 9720 e 2079. Se as fichas 7 e 8 estão entre as fichas retiradas, a maior diferença possível entre o maior e o menor números formados é:

- (A) 7542
- (B) 198
- (C) 6642
- (D) 7632
- (E) 6532

18. Um trem partiu de Juiz de Fora com 45 adultos e algumas crianças. Quando fez escala em Barbacena, subiram 39 crianças e 39 adultos, e ninguém desceu. Ao retomar a viagem após a escala, o número de adultos era $\frac{2}{5}$ do número total de passageiros. O número de crianças que havia entre os passageiros antes da escala em Barbacena é

- (A) 87
- (B) 126
- (C) 84
- (D) 39
- (E) 97

19. Em uma papelaria vendem-se 1 caixa de marcadores por R\$ 33,00 e 2 cadernos pautados por R\$ 56,00. João comprou 10 cadernos e várias caixas de marcadores. Pagou com três notas de R\$ 100,00, uma de R\$ 50,00 e duas de R\$ 20,00, e recebeu R\$ 11,00 de troco. João comprou

- (A) cinco caixas de marcadores.
- (B) duas caixas de marcadores.
- (C) três caixas de marcadores.
- (D) quatro caixas de marcadores.
- (E) seis caixas de marcadores.

20. Henrique pagou R\$ 200,00 por 100 canetas que ele quer revender. Vendeu metade a R\$ 5,50 cada uma e 10 canetas a R\$ 4,50 cada. Para obter um lucro de pelo menos R\$ 200,00, Henrique pode vender cada uma das canetas restantes por, pelo menos,

- (A) R\$ 1,00
- (B) R\$ 2,00
- (C) R\$ 2,50
- (D) R\$ 3,00
- (E) R\$ 1,50

21. Os irmãos Santos são 4: Ana, Bete, Daniel e Diego. Daniel e Diego são gêmeos e usam roupas distintas. Os quatro irmãos querem tirar uma foto, com todos sentados em fila, mas os gêmeos querem ficar um ao lado do outro. Eles podem se sentar para tirar a foto de

- (A) 18 maneiras.
- (B) 4 maneiras.
- (C) 8 maneiras.
- (D) 16 maneiras.
- (E) 12 maneiras.



22. Em uma confeitaria 10 sanduíches custam R\$ 54,00. Também sabemos que 100 gramas de bombons mais 100 gramas de bolo custam o mesmo que 5 sanduíches e que 100 gramas de bombons custam o mesmo que 125 gramas de bolo.
- Susana foi à confeitaria com um número inteiro de reais e depois de comprar 7 sanduíches, o que lhe sobrou dava para comprar 100 gramas de bombons, mas não dava para comprar 150 gramas de bolo. É correto afirmar que Susana levou à confeitaria
- (A) R\$ 59,00 ou R\$ 60,00
(B) R\$ 53,00 ou R\$ 54,00 ou R\$ 55,00
(C) R\$ 51,00 ou R\$ 52,00
(D) R\$ 56,00 ou R\$ 57,00 ou R\$ 58,00
(E) R\$ 50,00 ou R\$ 51,00 ou R\$ 52,00

Noções de Administração Pública e Legislação

23. No âmbito da organização administrativa, o manejo da descentralização, em contraposição à desconcentração,
- (A) resulta na criação de entidades com personalidade jurídica própria, que podem ser de direito público, como as autarquias, ou de direito privado, como as empresas públicas.
(B) representa a divisão constitucional de competências entre os entes da federação, que podem atuar em conjunto no caso de interesse comum, mediante consórcios públicos.
(C) significa a distribuição de atividades na estrutura administrativa, com centros de competências e atribuições, qualificados como órgãos públicos.
(D) demanda a existência de vínculo com entidades que não integram a Administração indireta, como concessionárias e permissionárias de serviços públicos.
(E) é expressado mediante a criação de vínculos com entidades do terceiro setor como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).
-
24. O modelo de administração pública gerencial adotado pela Reforma do Aparelho do Estado, idealizada pelo Ministro Bresser Pereira em meados de 1990, apresenta, entre outros, o conceito de
- (A) eficácia, que significa a melhor relação entre insumos, incluindo pessoal, e serviços prestados ou bens produzidos, constituindo um dos pilares do novo modelo de atuação do setor público.
(B) publicização, de acordo com o qual as entidades do terceiro setor, qualificadas como organizações sociais, passam a ser responsáveis pela gestão de serviços públicos não exclusivos de Estado.
(C) núcleo estratégico, composto pelas atividades econômicas que envolvem relevante interesse público ou segurança nacional e que não são passíveis de exploração pelo setor privado.
(D) terceirização, a partir do qual as atividades não exclusivas de Estado e que são passíveis de exploração econômica devem ter a sua titularidade transferida ao setor privado.
(E) descentralização, com as atividades de formulação de políticas públicas transferidas a entidades setoriais e agências, que passam a ser responsáveis, também, pela correspondente regulação.
-
25. A aplicação do conceito de *accountability* no setor público diz respeito à
- (A) capacidade de manter as condições de governabilidade, mediante alianças e coalizões para implantação de políticas públicas.
(B) adoção de instrumentos de gestão participativa de diversos setores da sociedade, incluindo consultas públicas e conselhos paritários.
(C) adoção das normas de contabilidade já aplicadas ao setor privado, de acordo com as regras de convergência vigentes.
(D) economicidade, assim entendida como a alocação ótima dos recursos disponíveis e identificação de atividades prioritárias.
(E) responsabilização dos agentes públicos pelos resultados e consequências de suas ações e omissões.
-
26. A atuação da Administração Pública envolve o exercício de poderes que lhe são próprios, entre os quais o poder disciplinar, com base no qual podem ser aplicadas sanções
- (A) aos usuários de serviços públicos, incluindo a interrupção dos serviços em caso de inadimplência, nos termos da regulação aplicável.
(B) exclusivamente àqueles sujeitos à disciplina interna da Administração, ou seja, agentes públicos e pessoas com vínculo funcional.
(C) a particulares que possuam vínculo contratual com a Administração, o que inclui a aplicação de sanção de inidoneidade.
(D) a particulares em geral, nos limites previstos em lei, como medida assecuratória de segurança pública.
(E) necessárias à proteção do patrimônio público, com base na autotutela, em caso, por exemplo, de invasões e depredação.



27. Considere que Pedro, ocupante de cargo em comissão no Estado de Pernambuco, tenha sido aprovado em concurso público para cargo efetivo na Administração direta do mesmo estado. De acordo com a disciplina da Lei Estadual nº 6.123/1968, que estabelece o regime jurídico dos funcionários públicos civis do Estado de Pernambuco,
- (A) Pedro deverá cumprir o estágio probatório, que é requisito inafastável para estabilidade, e não será confirmado no cargo caso apresente mais de 2 faltas injustificadas por ano.
 - (B) a investidura de Pedro no novo cargo depende da nomeação e ocorre com a posse, sendo a estabilidade conferida após o regular cumprimento do estágio probatório.
 - (C) Pedro deverá cumprir estágio probatório de 2 anos, no qual será aferida sua aptidão para o cargo, assim como o cumprimento do requisito de assiduidade, após o que estará investido no cargo.
 - (D) apenas na hipótese de o cargo anterior possuir requisitos semelhantes ao atual, e ter sido exercido por Pedro, ao menos por 3 anos, poderá ser dispensado o estágio probatório para fins de investidura.
 - (E) o decurso do prazo de 2 anos, a contar da nomeação, sem o cometimento de infração disciplinar de natureza grave, confere estabilidade no novo cargo, independentemente de apostilamento.
-
28. Constitui traço característico de um ato discricionário, que o distingue do ato vinculado, a
- (A) presença de razões de mérito para sua edição, sendo passível de revogação pela Administração com efeitos retroativos à sua edição (*ex tunc*).
 - (B) aplicação da Teoria dos Motivos Determinantes, que possibilita que o Poder Judiciário invalide atos a partir do escrutínio de mérito.
 - (C) impossibilidade de anulação pelo Poder Judiciário, ficando o exame de legalidade e mérito circunscrito à autotutela.
 - (D) análise de conveniência e oportunidade que autoriza a Administração a escolher uma solução entre outra(s) possível(is).
 - (E) impossibilidade de convalidação ou saneamento quando presente vício de competência, mas apenas em face de vício de finalidade.
-
29. Suponha que determinado cidadão tenha solicitado a ARPE a disponibilização dos pareceres elaborados por consultoria jurídica e que subsidiaram a tomada de decisão que acolheu pleito de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado por concessionária de serviços públicos. O diretor presidente da agência, contudo, determinou o não fornecimento dos estudos, alegando que não teria tal obrigação à luz das disposições da legislação de acesso à informação (Lei federal nº 12.527/2011 e Lei Estadual nº 14.804/2012). A postura adotada pelo referido agente público afigura-se
- (A) legal caso a decisão ainda seja passível de recurso ou revisão na esfera administrativa, de forma a preservar a liberdade de atuação técnica da agência.
 - (B) legal, eis que a legislação apenas determina a disponibilização de documentos definitivos e não estudos e pareceres que eventualmente subsidiem decisões.
 - (C) ilegal, eis que a negativa não se enquadra nas hipóteses justificáveis previstas em lei, sendo vedado, contudo, o anonimato do solicitante.
 - (D) legal, eis que o documento em questão é meramente opinativo e protegido pelo sigilo profissional, somente sendo acessíveis pareceres técnicos vinculantes.
 - (E) ilegal, salvo em se tratando de documento classificado como reservado, cujo prazo não pode ultrapassar 12 meses, prorrogável por igual período, justificadamente.
-
30. Suponha que uma concessionária de serviços públicos de saneamento necessite dos dados pessoais dos usuários, tais como CPF, RG, endereço, bem como renda familiar, este último sob argumento de concessão de benefício de tarifa social. De acordo com o regime instituído pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018 com redação dada pela Lei nº 13.853/2019) e Decreto Estadual nº 49.265/2020,
- (A) os dados relativos à renda familiar e situação econômica dos usuários são considerados dados sensíveis e somente podem ser objeto de tratamento mediante consentimento circunstanciado, vedado o compartilhamento entre operadores.
 - (B) os dados devem ser mantidos anonimizados, salvo aqueles necessários ao faturamento e à cobrança dos serviços prestados, vedada a manutenção em banco de dados da concessionária ou compartilhamento com terceiros.
 - (C) a concessionária atuará como controladora dos dados pessoais dos usuários, somente sendo requerido o consentimento expresso do titular em relação aos dados sensíveis que serão compartilhados com terceiros.
 - (D) a concessionária figura como mera operadora do tratamento de dados e deverá obtê-los mediante consentimento expresso e individualizado dos titulares, não podendo condicionar a prestação dos serviços ao consentimento.
 - (E) o Poder Concedente poderá transferir os dados pessoais dos usuários que detém em sua base de dados, na forma prevista no contrato de concessão, para assegurar o cumprimento das atribuições legais do serviço público.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

Atenção: Considere a Constituição Federal de 1988 para responder às questões de números 31 a 36.

31. Suponha que tenha sido impetrado *habeas corpus* contra ato de desembargador de um Tribunal de Justiça de determinado Estado, sendo esse desembargador, portanto, a autoridade dita coatora. Nessa situação, considerando apenas as informações fornecidas, a competência para processar e julgar, originariamente, o referido *habeas corpus* é do
- (A) Superior Tribunal de Justiça, não cabendo nenhum recurso da decisão desse Tribunal, seja ela denegatória ou não.
 - (B) Supremo Tribunal Federal, cabendo, apenas, recurso extraordinário para o mesmo Supremo Tribunal Federal, caso a decisão desse Tribunal contrarie dispositivo da Constituição Federal.
 - (C) Superior Tribunal de Justiça, sendo que, independentemente de ser denegatória ou não a decisão desse Tribunal, caberá recurso ordinário a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (D) Supremo Tribunal Federal, não cabendo nenhum recurso da decisão desse Tribunal, seja ela denegatória ou não.
 - (E) Superior Tribunal de Justiça, sendo que, se for denegatória a decisão desse Tribunal, caberá recurso ordinário a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
-
32. As ações diretas de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual
- (A) serão processadas e julgadas originariamente pelo Supremo Tribunal Federal, sendo que as decisões definitivas de mérito por ele proferidas nessas ações produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
 - (B) poderão ser propostas, dentre outros legitimados, por Governador de Estado, sendo que as decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nessas ações produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante somente com relação à administração pública direta, não podendo vincular nenhum órgão do Poder Judiciário, em respeito à livre convicção do juiz no julgamento das ações que a ele são submetidas.
 - (C) poderão ser propostas, dentre outros legitimados, pelo Presidente do Congresso Nacional e por partido político com representação no Congresso Nacional, sendo que o Procurador-Geral da República não será ouvido em nenhuma ação direta de inconstitucionalidade, em razão de possuir legitimidade para propô-la.
 - (D) e as ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, bem como a arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente da Constituição Federal, serão julgadas pelo Supremo Tribunal Federal que, somente pelo voto da maioria de seus membros, poderá declarar a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo federal ou estadual impugnado.
 - (E) serão processadas e julgadas originariamente pelo Supremo Tribunal Federal, sendo que as decisões definitivas de mérito por ele proferidas nessas ações produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante somente com relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, não abrangendo a administração pública em razão do Princípio da Separação dos Poderes.
-
33. Suponha que um terço dos membros da Câmara dos Deputados queira apresentar uma proposta de emenda à Constituição Federal tendente a abolir a separação dos Poderes. Em outra situação, imagine que o Presidente da República, durante a vigência de estado de sítio, deseje propor uma emenda à Constituição Federal para ampliar os direitos e garantias individuais. Considerando apenas as informações fornecidas, nessas situações,
- (A) não poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda desejada por um terço dos membros da Câmara dos Deputados, pois a Constituição Federal poderá ser emendada somente mediante proposta do Presidente da República e de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação. Com relação à proposta do Presidente da República, poderá ser a Constituição Federal emendada, em razão de ser ele um dos legitimados para tanto.
 - (B) não poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda desejada por um terço dos membros da Câmara dos Deputados, mas, com relação à proposta do Presidente da República, poderá ser emendada a Constituição Federal durante o estado de sítio, por se tratar de ampliação e não de abolição de direitos e garantias individuais.
 - (C) poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda desejada pela Câmara dos Deputados, por atingir o quórum mínimo exigido de um terço dos seus membros para que ela tenha a legitimidade para tanto, mas, com relação à proposta do Presidente da República, não poderá ser emendada a Constituição Federal durante o estado de sítio.
 - (D) não poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda desejada por um terço dos membros da Câmara dos Deputados e, com relação à proposta do Presidente da República, não poderá ser emendada a Constituição Federal durante o estado de sítio.
 - (E) poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda desejada por um terço dos membros da Câmara dos Deputados e, com relação à proposta do Presidente da República, poderá ser emendada a Constituição Federal durante o estado de sítio, por se tratar de ampliação e não de abolição de direitos e garantias individuais.



34. Com relação às atribuições do Presidente da República é correto afirmar que dentre suas competências privativas está a de
- (A) convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, bem como a de decretar o estado de defesa e o estado de sítio, sendo que nenhuma delas poderá ser delegada.
 - (B) celebrar a paz, independentemente de autorização ou referendo do Congresso Nacional, podendo essa atribuição ser delegada aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União.
 - (C) permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, podendo essa atribuição ser delegada ao Advogado-Geral da União.
 - (D) prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei, podendo delegar ambas as atribuições somente aos Ministros de Estado e ao Procurador-Geral da República.
 - (E) dispor, mediante decreto, sobre a organização da administração federal, ainda que implique no aumento de despesa, podendo essa atribuição ser delegada apenas ao Procurador-Geral da República.
35. Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, considere:
- I. É garantido apenas aos brasileiros residentes no país o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, não podendo a lei estabelecer qualificações profissionais.
 - II. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
 - III. Os direitos e as garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
 - IV. O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, III e IV, apenas.
 - (C) I, II, III e IV.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) III e IV, apenas.
36. Eugênio é estrangeiro, originário de país que não é de língua portuguesa e vive no Brasil há 18 anos ininterruptos, onde sempre trabalhou como auxiliar de limpeza em uma empresa privada e não tem condenação penal. Ele tem uma filha, Eva, que nasceu no Brasil e é estudante. Giovanna, mãe de Eva, também é estrangeira e estava no Brasil fazendo faculdade quando Eva nasceu. Eugênio pretende requerer a nacionalidade brasileira e Eva pretende, no futuro, tornar-se Senadora no Brasil. Nessa situação, considerando apenas as informações fornecidas, Eugênio
- (A) não poderá se tornar brasileiro naturalizado, pois para adquirir a nacionalidade como pretende é necessário residir no Brasil há mais de 20 anos ininterruptos, e Eva não é brasileira nata, não podendo, portanto, vir a exercer o cargo que pretende, pois ele é privativo de brasileiro nato.
 - (B) poderá tornar-se brasileiro naturalizado se requerer a nacionalidade brasileira, pois preenche os requisitos para tanto, e Eva é brasileira nata e poderá vir a exercer o cargo que pretende, sendo que esse cargo é privativo de brasileiro nato.
 - (C) poderá tornar-se brasileiro naturalizado se requerer a nacionalidade brasileira, pois preenche os requisitos para tanto, e Eva é brasileira nata e poderá vir a exercer o cargo que pretende, sendo que esse cargo não é privativo de brasileiro nato.
 - (D) não poderá se tornar brasileiro naturalizado, pois para adquirir a nacionalidade como pretende é necessário residir no Brasil há mais de 20 anos ininterruptos, e Eva é brasileira nata e poderá vir a exercer o cargo que pretende, sendo que esse cargo não é privativo de brasileiro nato.
 - (E) não poderá se tornar brasileiro naturalizado, pois para adquirir a nacionalidade como pretende é necessário residir no Brasil há mais de 20 anos ininterruptos, e Eva é brasileira nata e poderá vir a exercer o cargo que pretende, sendo que esse cargo é privativo de brasileiro nato.

Direito Administrativo

37. Um município celebrou contrato com uma empresa de consultoria de informática e tecnologia para prestação de serviços de diagnóstico dos sistemas utilizados pela Administração Pública, otimização das plataformas de acesso público e apresentação de soluções para viabilizar a digitalização de serviços e utilidades públicas disponibilizados aos administrados. Concluída a fase de diagnóstico dos sistemas, a Administração Pública recebeu notificação para prestar informações sobre o procedimento de contratação, em razão de suspeitas de irregularidades, sob o fundamento de que a empresa contratada não preencheria os requisitos de regularidade fiscal necessários para celebrar a avença com a Administração Pública. A Administração Pública examinou o procedimento de contratação e constatou que pelo menos duas certidões de regularidade apresentadas pela empresa se referiam a pessoa jurídica diversa, o que obstaria a formalização da relação jurídica com a contratada. O contrato foi anulado pela Administração Pública e nenhum pagamento foi realizado à empresa contratada, que judicializou a questão. Em relação ao pleito da empresa contratada,
- (A) ela faz jus ao recebimento de remuneração pelos serviços prestados, lucros cessantes e outros prejuízos, tendo em vista que a anulação do contrato não pode produzir efeitos retroativos.
 - (B) ela faz jus ao recebimento dos valores relativos aos serviços executados até a anulação do contrato, embora não seja possível pleitear ao Judiciário a condenação da Administração Pública a tal pagamento, por se tratar de decisão discricionária, sujeita apenas a controle interno.
 - (C) não lhe assiste direito ao recebimento de quaisquer valores, seja a título de remuneração, seja a título de perdas e danos, tendo em vista que foi a responsável pelo vício de legalidade do contrato.
 - (D) o Judiciário não poderá ingressar no exame do procedimento de contratação, assim como dos atos e decisões que culminaram com a anulação do contrato, por se tratar de matérias afetas ao mérito do ato administrativo.
 - (E) ela faz jus ao recebimento da remuneração pelos serviços prestados até a anulação do contrato, a fim de evitar o enriquecimento sem causa da Administração Pública.



38. As pessoas jurídicas que integram a Administração Pública Indireta sujeitam-se, conforme o caso, a regime jurídico de direito público ou privado. No que se refere ao patrimônio das referidas entidades,
- (A) empresas públicas são sujeitas a regime jurídico de direito privado, admitindo-se a proteção de seu patrimônio pelo regime jurídico de direito público quando afetado à prestação de serviços públicos.
 - (B) os bens dominicais das pessoas jurídicas são sujeitos a regime jurídico de direito privado.
 - (C) as autarquias têm seu patrimônio sujeito a regime de direito público, tendo em vista que essas pessoas jurídicas só podem ter patrimônio afetado a serviço público, revertendo-se os dominicais ao ente federado que as criou.
 - (D) as fundações são sempre pessoas jurídicas de direito público e, como tal, têm seu patrimônio igualmente sujeito ao regime jurídico de direito público.
 - (E) as empresas estatais exploradoras de atividade econômica têm seu patrimônio regido pelo direito privado, dispensadas da regra do concurso público para contratação de empregados permanentes.
-
39. Considere que foi editada lei alterando a disciplina de tributos incidentes sobre aquisição de bens por pessoas físicas e jurídicas. A nova disciplina ampliou o fato gerador do imposto, além de alterar a base de cálculo. O Chefe do Poder Executivo editou decreto para regulamentar a lei, estabelecendo o marco temporal de incidência do novo tributo, o procedimento para declaração e recolhimento, além de instituir isenção para bens cujo valor de aquisição não excedesse determinado limite, este também fixado no decreto. Por fim, o ato normativo regulamentar instituiu taxa em razão da prestação de serviços de fiscalização tributária. Com base nessas informações, um particular pretende questionar a constitucionalidade do decreto, em especial, da cobrança do imposto. A atuação da Administração Pública
- (A) foi regular e válida, tendo em vista que os atos normativos do Executivo podem ser editados sempre que houver lacuna de disciplina em lei formal.
 - (B) foi inconstitucional, pois não é dado ao Poder Executivo editar atos normativos quando a matéria já tiver sido objeto de disciplina em lei formal.
 - (C) excedeu os limites do poder normativo do Executivo, que não poderia ter instituído ou suprimido direitos e obrigações.
 - (D) foi regular e válida, tendo em vista que o decreto limitou-se ao regular exercício do poder normativo, função típica do Executivo.
 - (E) fere os limites do poder normativo do Executivo apenas no que se refere à disciplina do procedimento para declaração e recolhimento dos tributos.
-
40. Uma concessionária de serviço público rodoviário precisava ampliar o modal de transporte que lhe fora concedido, além de implantar uma praça de pedágio relativa ao novo trecho, como execução de parte das obrigações alocadas no contrato. Providenciou, dessa forma, a aquisição das áreas necessárias e realizou os investimentos relativos às obras. As áreas adquiridas pela concessionária
- (A) não podem configurar bens reversíveis, mas, a despeito da propriedade ser da concessionária, têm natureza jurídica de bens públicos, considerando que foram destinadas para finalidade de interesse público.
 - (B) ficarão afetadas à prestação do serviço público, independentemente da forma de aquisição, de modo que reverterão ao poder concedente ao término do contrato de concessão.
 - (C) configuram bens reversíveis e, como tal, só poderiam ter sido adquiridas pelo poder concedente, por meio de desapropriação.
 - (D) não terão natureza jurídica de bens reversíveis, tendo em vista que a aquisição, tendo sido realizada pela concessionária, enseja o registro dos bens em nome dessa empresa e a formalização de negócio jurídico específico para a alienação ao poder concedente.
 - (E) configurarão bens reversíveis caso tenha havido participação do poder concedente na aquisição, ainda que na qualidade de interveniente-anuente.
-
41. Um servidor ocupante de cargo público efetivo junto a uma autarquia estadual compartilhou documentos integrantes de um processo de licitação com representante de determinada empresa privada interessada na correspondente contratação. Dentre os documentos compartilhados estavam a pesquisa de preços e o orçamento elaborado pela Administração Pública, informações que não estavam acessíveis para consulta pelos demais interessados na contratação.
- As condutas do servidor público e do representante da empresa privada
- (A) suscitam responsabilidade civil e por improbidade, desde que possível quantificar o prejuízo causado ao erário.
 - (B) são passíveis de enquadramento em ilícitos de natureza disciplinar, civil e criminal, cabendo à Administração Pública comprovar o dolo do servidor e do particular.
 - (C) podem ser objeto de apuração disciplinar, para fins de comprovação de dolo específico de fraudar a licitação, estendendo-se ao privado as penalidades previstas no estatuto dos servidores civis.
 - (D) podem ensejar aplicação de sanções previstas na lei de improbidade, demonstrado dolo específico do servidor, apto a tipificar a prática de ato de improbidade, e o dolo do particular para essa configuração, sem prejuízo da responsabilização com base na legislação civil e criminal.
 - (E) podem ser enquadradas como improbidade administrativa independentemente da comprovação de prejuízo ao erário, desde que se demonstre enriquecimento ilícito.



42. Considere que determinado estado da federação celebrou contrato de concessão patrocinada para implantação e exploração de uma nova linha de metrô. Durante as obras de implantação de uma das estações que atenderiam os usuários da linha metrôviária, verificou-se que os imóveis mais próximos do local, todos não residenciais, começaram a apresentar rachaduras significativas, impondo a desocupação preventiva para verificação técnica da segurança das correspondentes estruturas. A concessionária não entendeu necessária a suspensão das obras da estação. Enquanto se aguardava o resultado da vistoria técnica, um dos imóveis sofreu desabamento do telhado e de boa parte das paredes, danificando os equipamentos e móveis que guarneciam as instalações. O cenário descrito aciona
- (A) a responsabilização subjetiva da concessionária, tendo em vista que foi contratada com base na Lei de Parcerias Público-Privadas, incidindo a modalidade objetiva apenas para as concessões regidas pela Lei nº 8.987/1995.
 - (B) a responsabilização subsidiária da concessionária de serviço público pela recomposição dos danos emergentes sofridos pelo estabelecimento, cabendo ao poder concedente responder objetivamente, na qualidade de titular do serviço público.
 - (C) a responsabilidade objetiva da concessionária de serviço público, que deve reparar os danos materiais sofridos pelo estabelecimento, podendo incluir lucros cessantes pelo período de interrupção das atividades.
 - (D) a responsabilidade subjetiva do ente titular do serviço público, tendo em vista que a responsabilidade objetiva somente teria lugar no caso de atuação ou omissão dolosa por parte de agentes públicos.
 - (E) a possibilidade de responsabilização da concessionária pela recomposição dos danos materiais, desde que comprovada a atuação ilícita e comissiva de seus representantes, na concepção ou execução do projeto de engenharia.

Direito Civil

43. No que concerne à pessoa jurídica de direito privado, em conformidade com o Código Civil,
- (A) no caso de dissolução da pessoa jurídica, promover-se-á o cancelamento da sua inscrição assim que se der início à liquidação.
 - (B) apenas no caso de cassação da autorização para o funcionamento da pessoa jurídica, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.
 - (C) se a administração tiver a sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio da pessoa jurídica, no tocante às obrigações contraídas por cada uma das suas agências, o lugar onde a sua administração tiver a sede, sito no estrangeiro.
 - (D) tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
 - (E) apenas no caso de dissolução da pessoa jurídica, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.
44. Antes de entrar em vigor, ocorreu nova publicação do texto de determinada lei, destinada à correção. Nessa situação, sabendo-se que essa lei não previu o início de sua vigência, em conformidade com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, para que a referida lei comece a vigorar em todo país, o prazo de
- (A) quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada começará a correr da nova publicação, ressaltando-se que, nos estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se seis meses depois de oficialmente publicada, começando esse prazo, na hipótese de nova publicação do texto destinada à correção, a correr da primeira publicação.
 - (B) sessenta dias depois de oficialmente publicada começará a correr da primeira publicação, tendo em vista a nova publicação ser destinada apenas à correção, ressaltando-se que, nos estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se seis meses depois de oficialmente publicada, começando esse prazo, na hipótese de nova publicação do texto destinada à correção, a correr da primeira publicação.
 - (C) sessenta dias depois de oficialmente publicada começará a correr da nova publicação, ressaltando-se que, nos estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se seis meses depois de oficialmente publicada, começando esse prazo, na hipótese de nova publicação do texto destinada à correção, a correr da nova publicação.
 - (D) quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada começará a correr da primeira publicação, tendo em vista que a nova publicação é destinada apenas à correção, ressaltando-se que, nos estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se três meses depois de oficialmente publicada, começando esse prazo, na hipótese de nova publicação do texto destinada à correção, a correr da primeira publicação.
 - (E) quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada começará a correr da nova publicação, ressaltando-se que, nos estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se três meses depois de oficialmente publicada, começando esse prazo, na hipótese de nova publicação do texto destinada à correção, a correr da nova publicação.
45. Keith, advogada, possui um escritório no centro da cidade de Recife, onde exerce a sua profissão, e três residências: uma próxima ao seu escritório – na capital, uma no litoral da cidade de Recife e outra no interior do estado de Pernambuco – fora da capital. Sabendo-se que ela vive, alternadamente, em suas três residências, em conformidade com o Código Civil, considerando apenas as informações fornecidas, nessa situação hipotética, considerar-se-á domicílio de Keith
- (A) a sua residência na capital e a sua residência no litoral, apenas.
 - (B) qualquer uma das suas três residências. Ainda, quanto às relações concernentes à profissão, o seu escritório é também seu domicílio.
 - (C) a sua residência na capital, apenas.
 - (D) a sua residência na capital, apenas. Ainda, quanto às relações concernentes à profissão, o seu escritório é também seu domicílio.
 - (E) o seu escritório, apenas.



46. No que concerne à prescrição, em conformidade com o Código Civil, considere:
- I. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.
 - II. Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
 - III. A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
 - IV. Prescreve em cinco anos a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) II, III e IV, apenas.
 - (D) I, II, III e IV.
 - (E) I e IV, apenas.
-
47. Com relação ao negócio jurídico, em conformidade com o Código Civil, a
- (A) validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
 - (B) interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for mais benéfico à parte que redigiu o dispositivo, se identificável, bem como o sentido que for confirmado pelo comportamento das partes anterior à celebração do negócio.
 - (C) impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico, ainda que seja relativa.
 - (D) impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico, ainda que cesse antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
 - (E) incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio.
-
48. Daniela, em decorrência de atividade normalmente desenvolvida por ela, causou dano a Conceição. Considerando que a atividade normalmente desenvolvida por Daniela implica, por sua natureza, riscos para os direitos de outrem, considerando apenas as informações fornecidas, em conformidade com o Código Civil, Daniela
- (A) não fica obrigada a reparar o dano causado a Conceição, uma vez que referido dano se deu em decorrência de atividade normalmente desenvolvida por ela, a qual, por sua natureza, implica riscos para os direitos de outrem.
 - (B) fica obrigada a reparar o dano causado a Conceição, apenas se comprovada a culpa.
 - (C) fica obrigada a reparar o dano causado a Conceição, independentemente de culpa.
 - (D) fica obrigada a reparar o dano causado a Conceição, apenas se comprovado o dolo.
 - (E) fica obrigada a reparar o dano causado a Conceição, apenas se comprovados a culpa ou o dolo.

Direito Processual Civil

49. No que concerne aos embargos de declaração, em conformidade com o Código de Processo Civil,
- (A) somente se os embargos de declaração forem rejeitados, o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado independentemente de ratificação.
 - (B) caso o acolhimento dos embargos de declaração implique modificação da decisão embargada, o embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária tem o direito de complementar ou alterar suas razões, nos exatos limites da modificação, no prazo de 15 dias, contado da intimação da decisão dos embargos de declaração.
 - (C) os embargos de declaração serão opostos, no prazo de 5 dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, sujeitando-se a preparo, salvo se o embargante for beneficiário da justiça gratuita.
 - (D) o juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 15 dias, sobre os embargos opostos, caso seu eventual acolhimento implique a modificação da decisão embargada.
 - (E) consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, salvo se os embargos de declaração forem inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade.
-
50. Isabela, casada sob o regime de separação absoluta de bens com Fernando, proporá ação que versa sobre direito real imobiliário. Em conformidade com o Código de Processo Civil, nessa situação, considerando apenas as informações fornecidas, Isabela
- (A) necessitará do consentimento de Fernando para a propositura da referida ação, podendo ser suprido judicialmente se negado por Fernando, independentemente de haver justo motivo, sendo que a falta desse consentimento, se não suprido pelo juiz, invalidará o processo.
 - (B) necessitará do consentimento de Fernando para a propositura da referida ação, sendo que esse consentimento pode ser suprido judicialmente se for impossível para Fernando concedê-lo.
 - (C) necessitará do consentimento de Fernando para a propositura da referida ação, sendo que esse consentimento pode ser suprido judicialmente se for negado por Fernando sem justo motivo.
 - (D) não necessitará do consentimento de Fernando para a propositura da referida ação.
 - (E) necessitará do consentimento de Fernando para a propositura da referida ação, sendo que esse consentimento não pode ser suprido judicialmente.



51. Com relação à apelação, em conformidade com o Código de Processo de Civil, considere:
- I. As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.
 - II. Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.
 - III. As questões de fato não propostas no juízo inferior poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I, apenas.
-
52. No que concerne à petição inicial, em conformidade com o Código de Processo Civil,
- (A) indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 15 dias, retratar-se e, se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso.
 - (B) considera-se inepta a petição inicial, dentre outras situações, sempre que o pedido for indeterminado.
 - (C) é lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, somente se entre eles houver conexão.
 - (D) o autor poderá, até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 dias, facultado o requerimento de prova suplementar.
 - (E) o pedido deve ser determinado, porém, é lícito formular pedido genérico, quando, dentre outras situações, a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.

53. Em conformidade com o Código de Processo Civil, publicada uma sentença, o juiz só poderá alterá-la
- (A) para corrigir-lhe, somente de ofício, apenas erros de cálculo; e por meio de embargos de declaração.
 - (B) para corrigir-lhe, somente a requerimento da parte, apenas inexatidões materiais; e por meio de embargos de declaração.
 - (C) para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou erros de cálculo; e por meio de embargos de declaração.
 - (D) para corrigir-lhe, somente a requerimento da parte, apenas erros de cálculo; e por meio de embargos de declaração.
 - (E) somente por meio de embargos de declaração.

54. Determinada sentença condenou ao pagamento de quantia ilíquida. Nessa situação, considerando que há necessidade de alegar e provar fato novo, de acordo com o Código de Processo Civil, deve-se proceder à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor,
- (A) pelo procedimento comum, sendo que na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.
 - (B) por arbitramento, sendo que, quando a apuração do valor depender apenas de cálculo aritmético, o credor poderá promover, desde logo, o cumprimento da sentença.
 - (C) pelo procedimento comum, de acordo com o qual o juiz intimará as partes para a apresentação de pareceres ou documentos elucidativos, no prazo fixo de 15 dias, sendo possível nomear perito, ainda que possa decidir de plano, observando-se, no que couber, o procedimento da prova pericial.
 - (D) por arbitramento, de acordo com o qual o juiz determinará a intimação do requerido, na pessoa de seu advogado ou da sociedade de advogados a que estiver vinculado, para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 dias.
 - (E) por arbitramento, de acordo com o qual o juiz intimará as partes para a apresentação de pareceres ou documentos elucidativos, no prazo que fixar, e, caso não possa decidir de plano, nomeará perito, observando-se, no que couber, o procedimento da prova pericial.

Direito Penal

55. Thiago, funcionário público de pequeno município do Estado do Pernambuco, exigiu de Mario o pagamento de tributo municipal devido, empregando na cobrança meio vexatório não autorizado por lei. Nos termos do Código Penal, Thiago
- (A) praticou o crime de violência arbitrária.
 - (B) praticou o crime de corrupção passiva.
 - (C) não praticou crime porque o tributo era devido, devendo responder por infração administrativa e ilícito civil pelo emprego de meio vexatório não autorizado por lei.
 - (D) praticou o crime de concussão.
 - (E) praticou o crime de excesso de exação.



56. Marcio, Presidente da República, cometeu crime de responsabilidade tipificado no art. 4º, VI, da Lei nº 1.079/1950, praticando conduta que atentou contra a Constituição Federal e a lei orçamentária. Nos termos da referida lei, o crime que praticou é passível da pena de perda do cargo, com inabilitação, por determinado período, para o exercício de função pública, imposta
- (A) pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (B) pelo Senado Federal.
 - (C) pelo Conselho da República.
 - (D) pela Câmara dos Deputados.
 - (E) em sessão conjunta bicameral do Congresso Nacional.

57. Considere a seguinte doutrina:

"Trata-se de outra conquista do direito penal moderno, impedindo que terceiros inocentes e totalmente alheios ao crime possam pagar pelo que não fizeram, nem contribuíram para que fosse realizado. A família do condenado, por exemplo, não deve ser afetada pelo crime cometido. Por isso, prevê a Constituição, no art. 5, XLV, que a nenhuma pena passará da pessoa do condenado" (Código Penal Comentado, Guilherme de Souza Nucci, p. 12, Forense, 14. ed.)

O autor está tratando de uma acepção, no direito penal, do princípio

- (A) do devido processo legal.
 - (B) da anterioridade.
 - (C) da legalidade.
 - (D) da personalidade.
 - (E) da dignidade da pessoa humana.
58. Rinaldo, funcionário público de um determinado município do Estado de Pernambuco, valendo-se dessa qualidade, influiu sobre a atividade de outro colega, lotado no setor de obras, para que processo de autorização para construção de um imóvel, de interesse de um amigo de infância de Rinaldo, fosse acelerado, mesmo com a documentação incompleta, passando na frente de outros inúmeros pedidos que aguardavam decisão. Nesse caso, Rinaldo, nos termos preconizados pelo Código Penal, cometeu crime, em tese, de
- (A) corrupção ativa.
 - (B) advocacia administrativa.
 - (C) prevaricação.
 - (D) peculato.
 - (E) excesso de exação.

59. Considere os seguintes casos hipotéticos:

- I. Paulo, Prefeito de um Município do Estado de Pernambuco, executa ato que acarreta aumento de despesa total com pessoal, faltando nove meses para o término do seu mandato.
- II. Ricardo, Presidente da Câmara Municipal de determinado município Pernambucano, autoriza ato que acarreta aumento de despesa total com pessoal faltando cinco meses para o término da sua legislatura.
- III. Ronaldo, Presidente da Assembleia Legislativa de um determinado Estado da Federação, faltando 12 meses para o término do seu mandato, ordena ato que acarreta aumento de despesa total com pessoal.
- IV. Maurílio, Governador de um determinado Estado da Federação, faltando sete meses para o término do seu mandato, executa ato que acarreta aumento de despesa total com pessoal.

Nos termos preconizados pelo Código Penal, após a entrada em vigor da Lei nº 10.028/2000, que previu os Crimes contra as Finanças Públicas, o crime de "Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura" foi praticado, em tese, por

- (A) Paulo, Ricardo e Maurílio, apenas.
 - (B) Paulo e Ricardo, apenas.
 - (C) Ricardo, apenas.
 - (D) Paulo, Ricardo, Ronaldo e Maurílio.
 - (E) Ricardo e Maurílio, apenas.
60. Sobre os crimes de responsabilidade dos Governadores e Secretários dos Estados, na esteira da Lei nº 1.079/1950,
- (A) o Governador será julgado nos crimes de responsabilidade, pela forma que determinar a Constituição do Estado e não poderá ser condenado, senão à perda do cargo, com inabilitação até 10 anos, para o exercício de qualquer função pública, sem prejuízo da ação da justiça comum.
 - (B) a denúncia por crime de responsabilidade poderá ser admitida mesmo após o Governador ter deixado definitivamente o cargo.
 - (C) os Secretários de Estado, nos crimes conexos com os dos governadores, não estão sujeitos ao mesmo processo e julgamento.
 - (D) é permitido a no mínimo 0,5% dos cidadãos de um determinado Estado, por meio de peça devidamente subscrita por todos, com a necessária identificação e firma reconhecida, denunciar o Governador perante a Assembleia Legislativa, por crime de responsabilidade, vedada a denúncia individual.
 - (E) a condenação do Governador por crime de responsabilidade exige um quórum de dois terços (2/3) dos membros que compõem o tribunal de julgamento.

**PROVA DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, *Capítulo 12: item 12.1 A Prova Discursiva-Estudo de Caso constará de 02 (duas) questões práticas, para as quais o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. [...] 12.9 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: 12.9.1 fugir ao tema proposto; 12.9.2 apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; 12.9.3 for assinada fora do local apropriado; 12.9.4 apresentar qualquer sinal, marca, risco, desenho, rubrica, assinatura ou nome, feito pelo candidato, nas linhas destinadas à resposta definitiva que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 12.9.5 estiver em branco; 12.9.6 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; 12.9.7 não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios definidos pela Banca Examinadora. 12.10 Será desconsiderado, com risco de perda de pontos em todos os critérios, qualquer trecho que: a) apresentar rasura; b) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; c) for escrito fora do espaço reservado para o texto definitivo. 12.11 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso qualquer fragmento de texto escrito fora do espaço reservado para o texto definitivo será desconsiderado e não será corrigido. [...] 12.14 Na Prova Discursiva-Estudo de Caso, deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de 30 (trinta) linhas, para cada questão, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova Discursiva-Estudo de Caso. [...] 12.15 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora. [...]*

QUESTÃO 1

Fausto, inconformado com a violação de um direito seu, líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, impetrou, por meio de seu advogado, mandado de segurança perante o Tribunal Regional Federal (TRF) competente para julgá-lo que, entretanto, por unanimidade, denegou a segurança, entendendo que não havia ocorrido qualquer ilegalidade ou abuso de poder por parte da autoridade apontada como coatora. Contra essa decisão, Fausto interpôs Recurso Ordinário Constitucional para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), recurso esse que foi desprovido por unanimidade. Fausto pretende, então, recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) alegando que a decisão recorrida contrariou dispositivo da Constituição Federal, tendo sido essa matéria debatida no TRF e no STJ.

Diante da situação hipotética apresentada, considerando apenas as informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal de 1988, responda ao que se pede:

- Qual o recurso cabível contra a decisão do Superior Tribunal de Justiça que deve ser proposto diante da alegação de Fausto, bem como quais as hipóteses de cabimento desse recurso previstas na Constituição Federal?
- O que Fausto deverá demonstrar para que o Tribunal examine a admissão do recurso que deverá interpor e qual o quórum mínimo exigido para a recusa dessa admissão?
- Seria cabível Recurso Ordinário Constitucional para o Superior Tribunal de Justiça caso a decisão do Tribunal Regional Federal tivesse concedido a segurança? Justifique.
- Seria cabível Recurso Ordinário Constitucional para o Superior Tribunal de Justiça se fosse a hipótese de mandato de segurança decidido em última instância pelo Tribunal Regional Federal? Justifique.

Observação: É obrigatório indicar na resposta a letra correspondente ao item que está sendo respondido.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	



20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**Questão 2**

Uma autarquia e uma empresa estatal de Pernambuco formalizaram um convênio com entidade de classe profissional, para seleção de engenheiros e arquitetos para atuarem em seus respectivos âmbitos. De acordo com as atribuições estabelecidas no convênio formalizado, a entidade de classe promoveu seleção de engenheiros e arquitetos, por meio da análise de currículos e comprovação de experiência precedente. A lista de aprovação foi encaminhada para a autarquia e para a empresa estatal que promoveram, respectivamente, nomeação para cargos em comissão e contratação para emprego público permanente.

Os profissionais, agora servidores estatutários ou celetistas, passaram a desempenhar suas atribuições junto a unidades técnicas nas estruturas daqueles entes da Administração Pública Indireta, executando atividades pertinentes às suas profissões de formação, o que incluía, conforme o caso, emissão de licenças, assinatura de projetos técnicos e de laudos de avaliação.

Um dos engenheiros nomeados para cargo em comissão junto à autarquia indeferiu a emissão de uma licença para instalação de um acesso a uma rodovia, suscitando a apresentação de recurso por parte do interessado, que também representou ao Ministério Público alegando irregularidades no vínculo funcional do servidor, assim como vícios de legalidade na decisão proferida. Em razão da representação, o Ministério Público emitiu ofício para o dirigente máximo da autarquia, solicitando informações sobre as alegações do interessado.

O servidor responsável pela emissão da licença recebeu o recurso e negou provimento, ratificando sua decisão de não preenchimento de requisitos objetivos pelo interessado, o que impediria a emissão da licença, dada sua natureza vinculada.

Considerando as premissas fáticas apresentadas, responda fundamentadamente:

- A nomeação e contratação dos servidores foi regular, levando em conta o vínculo funcional formalizado e a seleção promovida?
- Na resposta a ser encaminhada ao Ministério Público, é possível defender a legalidade ou a possibilidade de sanar eventuais vícios (i) do ato de indeferimento da licença, abordando a competência do agente público que a emitiu e os aspectos formais e materiais da decisão; (ii) da decisão proferida em sede recursal?
- Haveria viabilidade de o interessado valer-se de ação judicial para reverter as decisões de indeferimento de sua licença e de desprovimento do recurso?

Observação: É obrigatório indicar na resposta a letra correspondente ao item que está sendo respondido.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	



26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

